

ANEXO II da ata de vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois / 2ª reunião extraordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SÃO PEDRO D'ALDEIA.

Eu me chamo Jéssica Soares, sou agente cultural do segmento de Cultura Inclusivas. Fui discriminado na casa de cultura no dia 26 de abril por uma servidora fui acolhida pela comissão de direitos humanos da Câmara que me encaminhou para o conselho municipal de pessoas com deficiência - COMDEF - onde registrei uma denúncia relatando o ocorrido. Após o ato discriminatório estive presente nas reuniões do cmpe dos dias 2 de maio e 3 de junho na tentativa de falar sobre, no entanto no dia 2 de maio a reunião foi esvaziada pelos membros da sociedade civil por não concordarem com a maneira que a mesa estava dando andamento a eleição da presidência. No outro dia a reunião havia extrapolado o tempo destinado se fazendo necessária outras reuniões. Infelizmente hoje, tenho um compromisso inadiável e solicitei a gentileza do conselheiro Luiz Fernando, no caso esse que vos fala, para que leia meu relato nesta reunião. Por ser o titular do segmento, por ser um pai orgulhoso de autista, assim como eu, e por saber na pele a dor da discriminação. O que aconteceu no dia 26 é inadmissível. Não se viu este conselho debater sobre e sim fingir que não aconteceu nada. O assunto somente passou a ser falado após a inclusão na pauta por parte da conselheira Mariana. Antes disso, foram convidadas duas vezes para a reunião com a COMDEF, assim informado pela auxiliar administrativa do mesmo sem retorno, e sem comunicar aos demais conselheiros mostrando o descaso que essa questão de cultura tem tratado a inclusão do município. Deixo registrado que a minha denúncia não é sobre a eleição em si, que foi cancelada sem a informação ser divulgada para a sociedade civil e sim sobre os atos discriminatórios realizado por parte de servidores que podem ser comprovada com relatos escritos e orais pois a agentes que declararam a frustração e pior se sentiram coagidos para votos. O último fato citado pode ser comprovado por uma carta de próprio punho da agente cultural que solicitou o cancelamento do voto que foi entregue ao GT. Uma agente pública que se diz experiente há mais de vinte anos, que faz parte de um grupo de trabalho organizando uma eleição, jamais poderia expor sua opinião sobre os candidatos para os votantes. Principalmente por questão de ética e dizer que: abre aspas não é por ser mãe de autista que sou capacitada para ser conselheira fecha aspas. Foi extremamente ofensivo e discriminatório. Ser mãe de autista é o que mais me torna capaz. São 10 anos de luta por inclusão. São 10 anos aprendendo como lidar com autismo. São 10 anos encarando a falta de conhecimento das pessoas. São 10 anos encarando a discriminação de forma mais cruel. Quando achei que iríamos ser acolhidos no segmento de cultura inclusiva sou surpreendida negativamente por tal postura. Eleva os direitos humanos não aceitar o voto de agentes com deficiência por não entenderem ser a gente ou não entenderem ser a gente. É só mais um exemplo de que esta equipe necessita urgentemente de uma imersão de inclusão através de capacitação. Deixo a minha voz ecoar hoje para que outros agentes não precisem passar pelo que passei e sintam o que senti. Deixo o meu total repúdio por essa postura vexatória, discriminatória e de descaso e deixo registrada a minha gratidão aos agentes culturais do fórum de cultura que me acolheram desde então. E comunico que irei a todas as instâncias de direitos humanos reportar o ocorrido, buscando que os envolvidos sejam responsabilizados, Cordialmente, Jéssica Soares.